

Breve descrição

Os GMFs, criados pelo CNJ por meio da Resolução nº 96/2009 e regulamentados pela Resolução nº 214/2015, integram a estrutura dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais, tendo como escopo o monitoramento e a fiscalização dos sistemas prisional e socioeducativo locais. O projeto para o fortalecimento dos GMFs visa mapear as melhores estratégias de incidência, ofertar diretrizes qualificadas e instrumentalizar esses grupos para atuarem em consonância com as competências definidas pelas normativas do CNJ. O objetivo é que as ações se desenvolvam de forma cada vez mais parametrizada e pautada em boas práticas, possibilitando melhor alinhamento com o DMF/CNJ e a disseminação das suas atividades em todo o território nacional.



Entrega principal

Proposta de atualização da Resolução CNJ nº 214/2015.



Ações previstas

- Diagnóstico nacional sobre a dinâmica de funcionamento dos GMFs (realizado)
- Proposta de atualização da Resolução CNJ nº 214/2015
- Contratação de consultoria especializada
- Interlocução com os GMFs para levantamento de práticas locais
- Produção de conhecimento e definição do escopo de manual
- Elaboração e publicação do manual
- Realização de evento nacional para divulgação e disseminação de conteúdo
- Articulações locais para operacionalização

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

DMF e PNUD:

- Mapeamento das dinâmicas locais de funcionamento dos GMFs; diagnóstico de práticas, posição institucional, estrutura dos GMFs; perfil das equipes; atuação no socioeducativo; atuação na Justiça Federal
- Proposta de atualização da Resolução CNJ nº 214/2015
- Contratação de consultoria especializada
- Interlocução com GMFs para levantamento de práticas e principais pontos de atenção
- Definição do escopo do manual (Resoluções CNJ nº 96/2009 e nº 214/2015):
 - Estrutura de trabalho
 - Estratégias de fiscalização, monitoramento e inspeções dos sistemas prisional e socioeducativo
 - Produção de relatórios estatísticos
 - Interlocuções com audiência de custódia, alternativas penais, monitoração eletrônica e política de atenção às pessoas egressas do sistema prisional
 - Atuação para prevenção de práticas de tortura, maus-tratos ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes
 - Atuação no socioeducativo, com reforço da Resolução CNJ nº 326/2020
 - Atuação na Justiça Federal
 - Atuação no contexto de interdições de unidades prisionais ou de internação, dialogando com a metodologia de Central de Vagas para a redução das taxas de encarceramento
 - Desenvolvimento de ações de atualização e capacitação profissional de juizes e servidores envolvidos com o SJC e SJJ
 - Incidências para o fortalecimento dos Conselhos da Comunidade
 - Estratégias de governança visando potencializar a coordenação e interlocução com atores e instituições externas que atuam junto às políticas penais
- Elaboração e publicação do manual de diretrizes e práticas dos GMFs
- Realização de evento nacional para divulgação e disseminação do conteúdo do manual entre as unidades federativas
- Melhoria nos fluxos de recebimento de dados, comunicação e atuação alinhada entre DMF-GMFs

TRIBUNAIS DE JUSTIÇA e TRFs

GMFs:

- Compartilhamento sobre as dinâmicas de trabalho, desafios e boas práticas na atuação dos GMFs
- GMFs articulados para divulgação do material e aplicação do conteúdo
- Emprego dos parâmetros do manual para qualificar atuação e estratégias de incidência dos GMFs
- Melhoria nos fluxos de coleta de dados, comunicação e atuação alinhada entre GMFs-DMF
- Operacionalização das metas de ação do Poder Judiciário definidas para os GMFs nas competências territoriais respectivas
- Ampliação do alcance/capilaridade das ações dos GMFs

Conselho Nacional de Justiça

GESTÃO E AÇÕES TRANSVERSAIS

Fortalecimento dos GMFs

GESTÃO MINISTRO LUIZ FUX
2020 - 2022



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça acessando o código QR



FAZENDOJUSTIÇA



CNJ
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

